

Memória do XLI Encontro do Fórum Florestal Paraná e Santa Catarina

<i>Data: 18/04/2023 Horário: 13h30min às 16h</i>	<i>Local: plataforma zoom</i>
<i>Relatora: Renata Garrett Padilha</i>	
<i>Participantes: 18 pessoas (Anexo I)</i>	
<i>Objetivo(s): Plenária do Fórum Florestal Paraná e Santa Catarina.</i>	
Memória:	
<p>O Primeiro Encontro de 2023 do Fórum Florestal Paraná e Santa Catarina (FF PR e SC) foi realizado virtualmente, no dia 18/04/2023, através do aplicativo Zoom. O encontro teve duração de 2h30min, com a participação de 18 representantes e seguiu a pauta pré-estabelecida e divulgada previamente entre os presentes.</p>	
PAUTA:	
<ol style="list-style-type: none">1. Abertura, apresentação dos participantes e informes;2. Medida Provisória PLV nº06/2023;3. Apresentação do GT PSA e deliberações;4. Proposta de criação do GT Restauração;5. Deliberação sobre a realização de LUD em 2023 e qual a região prioritária;6. Encaminhamentos e encerramento.	
<p>O Encontro foi organizado e coordenado por Renata Garrett Padilha, Secretária Executiva do FF PR e SC, que realizou a abertura da reunião, dando as boas vindas e agradecendo a presença de todos, principalmente à APREMAVI por todos os anos de dedicação à este Fórum. Após a apresentação dos participantes e suas expectativas, seguiu-se para os combinados e a leitura dos princípios do Diálogo Florestal. Foi solicitado uma inclusão de pauta sobre a Medida Provisória PLV nº06/2023 e passaram para a análise dos itens da pauta.</p>	
1. Informes	
<p>Fernanda informou que o Encontro Nacional do Diálogo Florestal deste ano será realizado nos dias 24 e 25 de outubro/2023, em Piracicaba (SP). Em breve todos receberão mais informações.</p>	
<p>Fernanda comunicou que o Plano Estratégico do Diálogo Nacional foi aprovado no ano passado e disponibilizou o link do <u>Relatório do Encontro Nacional 2022 com o plano estratégico aprovado</u> para que quisesse ler na íntegra. Ela ressaltou dois pontos do Plano que estão totalmente relacionados às expectativas em relação à reunião do Fórum de hoje, sendo:</p>	
<p><u>"Resultado Estratégico 4 - Ter influenciado para que se alcance uma remuneração mais justa para os provedores dos serviços ambientais."</u> Esse resultado tem cinco ações estratégicas e o PSA vai muito em linha com o que foi proposto para se trabalhar nos próximos 5 anos.</p>	

"Resultado Estratégico 6 - Ter atuado junto a órgãos públicos para promover a implementação do Código Florestal." O Diálogo Florestal tem várias ações que apoiam a implementação do código florestal e uma delas é o Diálogo do Uso do Solo, onde vamos para um território, para a paisagem, discutir paisagem. O LUD permeia esse resultado estratégico.

2. Medida Provisória PLV nº 06/2023

Renata passou a palavra à Edilaine, da APREMAVI, para explanar sobre a Medida Provisória **PLV nº06/2023**, que Câmara dos Deputados está propondo com várias alterações sugeridas na Lei da Mata Atlântica. Essa medida provisória (MP) será encaminhada para a votação do Senado nos próximos dias. Foram enviados links no grupo de whatsapp deste Fórum para leitura prévia. Em resumo, a medida provisória foi emitida em dezembro de 2022 e tinha como objetivo estender o prazo de adesão dos proprietários ao PRA. Considerando que os governos não estão realizando os esforços necessários para a implementação do CAR e nem do PRA nos Estados, esse prazo maior de cadastramento seria muito prejudicial para a implementação do PRA. É uma medida provisória com graves retrocessos à Lei da Mata Atlântica e está causando uma grande movimentação de vários coletivos como o Observatório do Código Florestal, o Pacto da Mata Atlântica, a Coalizão Clima, Florestas e Agricultura, além de várias ONGs.

Após a apresentação e discussão da plenária, ficou estabelecido que o Fórum aguardará o Observatório do Código Florestal (OCF) finalizar a carta de posicionamento que será compartilhada com as organizações do Diálogo Florestal para adesão. Também ficou acordado a utilização dos dos materiais do OCF para a divulgação nas redes sociais das instituições que assim acharem coerente.

3. Apresentação do GT PSA e deliberações

Dando continuidade aos trabalhos **César** fez uma apresentação do GT PSA sobre três itens:

I. Divulgação do I Fórum sobre Serviços Ambientais na Paisagem Rural: novas perspectivas para o PSA:

Esse evento da Embrapa ocorrerá virtualmente entre os dias 23 à 25 de maio/2023, das 14h às 17h. Entre os principais pontos serão discutidos questões específicas sobre políticas de pagamento por serviços ambientais e da sua implementação na prática, com enfoque no seu potencial para implementar soluções para problemas ambientais, sendo uma oportunidade de ampliar conhecimento e diálogo.

II. Revisitar os objetivos do GT e do Plano de Ação 2023:

OBJETIVO GERAL: Promover diálogos construtivos e a sensibilização dos tomadores de decisão para a implementação de projetos factíveis de Pagamento por Serviços Ambientais no Paraná e Santa Catarina, baseado nas iniciativas mais exitosas no Brasil.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Produzia material de comunicação sobre PSA;
Oferecer elementos para apoiar a implementação de novos projetos de PSA;
Ofertar subsídios técnicos para o incremento da legislação de PSA em SC;
Promover o diálogo sobre PSA no PR e SC.

SÍNTSE DO PLANO DE AÇÃO DE 2023:

1. Diagnóstico da situação atual;
2. Qualificar os projetos de PSA existentes;
3. Criação de material de comunicação;
4. Atuação junto às políticas públicas.

III. Novidades e ajustes no Planejamento:

- A. Cartilha publicada pelo IAT: Foi lançada em fevereiro/2023 uma publicação do Governo do Estado do Paraná sobre PSA, especificamente para a questão municipal, servindo de modelo para outras criações de PSA. É um material muito bem produzido tecnicamente, de forma simples e didática, contendo: uma apresentação da impotência da legislação e da cartilha; como está a situação do PSA no Estado do PR; faz uma correlação do PSA com as RPPNs explicando o ciclo virtuoso desse mecanismo; traz as informações básicas para o planejamento e implantação do programa (PSAM) nos municípios, ajudando a entender todos os procedimentos técnicos e institucionais necessários; mostra como funciona a operacionalização do programa em 12 passos; e traz 5 propostas existentes de valorização dos serviços ambientais; e por fim, os anexos com uma série de planilhas com proposições para facilitar a proposição do programa.
- B. Diferença de contexto entre PR e SC: Existe uma disparidade entre os dois estados. SC tem uma legislação específica sobre PSA instituída em 2010, mas sem o decreto de regulamentação e também não possui ICMS Ecológico. Já o PR possui ICMS Ecológico desde 1991, regulamentado em 1996. Também possui legislação específica (2012) e regulamentada (2015) sobre PSA. Além da Lei Estadual e Resolução SEMA (nº80/2015) sobre PSA em RPPN.

Foi ressaltado que o PR tem mais de 30 anos de diálogo e consolidação da importância do ICMS Ecológico, estando longe ainda de um cenário ideal, pois o repasse de recurso ainda é muito difícil. No entanto, já se percebe alguns desdobramentos, devido a esse entendimento dentro do território, como a correlação em relação às RPPNs. O GT discutiu como fazer um nivelamento entre os dois estados, para caminharem juntos. Esse é um tema sensível, que trata de alocação de recursos e o Estado de SC reluta muito com as questões dos avanços ambientais.

O GT pensou em outros avanços, envolvendo outros atores, além dos integrantes do Fórum, pensando na pegada hídrica, na pegada de carbono, no diálogo do uso da terra, pois todos dividem a mesma paisagem. A proposta é construir uma agenda comum para pressionar os órgãos públicos e demonstrar a importância desse tema, a fim de contribuir para a quebra do paradigma de que a proteção do meio ambiente não caminha junto com o desenvolvimento.

No momento, existe a necessidade de planejar o caminho político que será seguido, identificando pessoas para iniciar o diálogo em SC. O GT precisa de mais participantes que estejam em outros Fóruns de discussão para aumentar as sinergias e direcionar os esforços.

Colocações da plenária:

O Ibá, organização que reúne várias empresas da base florestal no Brasil, está mapeando oportunidades de caminhos para viabilizar o PSA, pensando menos em benefício direto para as empresas e muito mais em uma possibilidade de viabilizar ou facilitar esse processo para pequenos produtores rurais em geral.

Em 2015-2016 foi executado um projeto piloto de PSA no Corredor Ecológico de Chapecó, em parceria com a FATMA, que hoje é o IMA, em SC. O projeto contou com aproximadamente 100 famílias da agricultura familiar, com recurso do Banco Mundial, e foi apresentado nas reuniões deste Fórum. Depois disso, essa atividade se encerrou e não se ouve muita coisa sobre PSA em SC. Talvez exista alguma coisa no litoral atrelado aos recursos hídricos. A sugestão é retomar o contato com o IMA, para verificar o que está sendo feito ou planejado pelo novo governo, já que a parte da legislação está parada desde 2010.

Fabiana se prontificou em entrar em contato com uma colega que está em uma secretaria específica do Estado de SC para levantar maiores informações.

É imprescindível o apoio do setor produtivo do Fórum, para que as discussões sobre PSA com o setor governamental de SC possam ser levadas adiante. Porque com o interesse do setor privado é mais fácil despertar o interesse político e alinhar as políticas públicas.

O GT deverá entrar em contato com Luciano Heineck que estava na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico Sustentável de SC e liderou a revisão da política de PSA de SC. Essa revisão está em pauta e com audiência pública aberta, sendo um momento oportuno para se incluir na discussão.

Outros setores produtivos, como as grandes produtoras de cerveja do Vale do Itajaí, também estão discutindo sobre o PSA, como uma forma de implementar seus SGs. Será um grande ganho se o setor florestal for o pioneiro em começar uma conversa com esses outros setores produtivos.

O mapeamento das ações estratégicas para compor o diagnóstico da situação atual ainda não foi finalizado porque ainda não se tem uma consolidação do ponto de vista das novas propostas governamentais, devido às eleições no ano passado.

Mauren irá avaliar internamente para a sua participação mais efetiva e verificar se o Ibá pode apresentar um resumo do que foi levantado pelo setor para o GT.

Existem várias pessoas trabalhando com PSA, como a Marieta no RJ, a Shigueko do IMA e o pessoal de São Bento do Sul que tem o PSA Municipal implantado. Existem vários conhecidos que trabalham com PSA e pode-se formar uma rede.

Renata finalizou esse item da pauta com os encaminhamentos do GT PSA, que está aberto para novos integrantes e fará no próximo trimestre o diagnóstico da situação atual com o levantamento dos atores estratégicos. O GT aguardará o posicionamento da Maurem.

4. Proposta de criação do GT Restauração

Renata passou a palavra a Edilaine que materializou a proposta, encaminhada pelo César, para a criação do GT Restauração.

Existe a necessidade de potencializar ações conjuntas e criar novas possibilidades de interação e troca de conhecimento entre as instituições que trabalham com restauração, unindo os esforços e compartilhando novas visões. Talvez o próprio Fórum possa ser esse espaço de diálogo, seja nas reuniões coletivas ou por meio de um GT, ou através de outros espaços que estão sendo resgatados como a Rede Gestora do Corredor das Araucárias.

Apesar dos avanços na área técnica e de monitoramento, a maior dificuldade está na paisagem social, com os proprietários que ainda não compreendem os benefícios que a restauração pode trazer para suas terras.

A proposta foi encaminhada, com a anuênciia da plenária, para ser discutida em uma próxima reunião, ficando indeferida a criação de um GT neste momento.

5. Deliberação sobre a realização de LUD em 2023 e qual a região prioritária

Renata iniciou a discussão primeiramente perguntando se o Fórum achava pertinente a realização de um LUD iniciando em 2023 ou somente em 2024 e se já havia escolhido alguma área prioritária. Relembrou que SC realizou seu primeiro LUD através do projeto Planejando Paisagens Sustentáveis no Alto Vale do Itajaí e que no PR ainda não aconteceu. Também esclareceu que essa colocação se fez necessária porque o Diálogo Florestal Nacional disponibilizou uma verba, no valor de **R\$10.000,00**, para o Fórum Regional que quisesse iniciar o LUD ainda neste ano.

Colocações da plenária:

Existe um potencial para a implementação de um LUD no PR, pois SC já teve uma iniciativa apoiada pelo Fórum.

O Fórum já realizou uma primeira rodada com sugestões de locais/regiões e teve a indicação de algumas áreas. Foram elencados a região da APA da Escarpa Devoniana, que agora está em processo de elaboração do Plano de Manejo, e também na Região Metropolitana de Curitiba, na região do Miringuava, ambas muito importantes para o território. O documento deverá ser resgatado para entender as motivações do FF PR e SC para depois empreender esforços de novas iniciativas de Diálogo do Uso do Solo.

Fernanda contribuiu com um **PANORAMA HISTÓRICO SOBRE O LUD** para maior esclarecimento da plenária, explicou brevemente a metodologia que está disponível no site com todos os passos detalhados [Guia para o Diálogo do Uso do Solo](#).

Foi esclarecido que a abordagem do LUD é de gestão de paisagem e não jurisdicional. Ele responde por desafios muito específicos, que precisam ser superados, mapeiam as partes interessadas e a partir dos diálogos buscam soluções para esses desafios. Os resultados podem ser de várias formas e ele deve ser mais localizado para ter uma incidência mais focada.

Antes de iniciar um LUD, existe a necessidade de uma maior mobilização das mais de 30 instituições que participam do Fórum e não estão presentes, além de possíveis inserções de novos integrantes, proporcionando uma maior contribuição ao processo. Só então seria interessante revisitar essas escolhas e acrescentar outras, se necessário, realizando um nivelamento das intenções do Fórum para o seu território.

Na região do Miringuava, existe um grupo chamado Movimento Viva Água Miringuava, apoiado pela Fundação O Boticário, que possui alguns entraves. A SANEPAR destinou 500 mil reais, em 2022 para o PSA e sobraram 350 mil, por causa da pouca adesão dos proprietários. Como proposta, foi sugerido que o Fórum pensasse em juntar esforços, visibilidade e escala nessa região, sendo um assunto para um próximo encontro.

Neste momento, por uma questão de mandato, a prefeitura de São José do Pinhais está bastante empenhada em desenvolver ações no sentido de conservação e de planejamento de uso do solo, sendo este um momento bastante relevante para se trabalhar nesse território. E com relação à Escarpa Devoniana, está ocorrendo, justamente hoje, uma discussão acerca do diagnóstico para a realização do Plano de Manejo da APA da Escarpa Devoniana, pelo IAT e a STCP. Ambos estão com fortes demandas e o setor florestal também tem atuação nas duas regiões.

O Mater Natura tem a possibilidade de trazer recursos de fora para alguns projetos

interessantes do ponto de vista da recuperação, mas existe uma dificuldade muito grande de encontrar propriedades elegíveis e proprietários engajados e sensibilizados para a causa.

Renata finalizou o item de pauta, com a concordância da plenária em realizar o resgate dos locais já levantados pelo Fórum para discutir em um próximo encontro.

6. Encaminhamentos e encerramento

Interessados em participar do Encontro Nacional do Diálogo Florestal de 2023, dias 24 e 25 de outubro, em Piracicaba (SP), deverão entrar em contato com a Secretaria Executiva do FF PR e SC. As despesas de dois representantes serão custeadas pelo Diálogo Nacional.

Períodos para as próximas reuniões do Fórum PR e SC:

⇒ **SEGUNDA REUNIÃO / 2023:**

- 3^a Semana de Agosto, entre os dias 14 à 18, virtualmente.

⇒ **TERCEIRA REUNIÃO / 2023:**

- 2^a Semana de Novembro, entre os dias 06 e 10, presencialmente.
- Local a ser definido pelo GT PSA.

As datas serão escolhidas através de um formulário e encaminhadas para bloqueio de agenda.

O Fórum aguardará a elaboração da carta de posicionamento do OCF sobre a MP para se posicionar. Também incentiva a divulgação dos materiais do OCF nas redes sociais das instituições que assim acharem coerente.

A Secretaria Executiva irá realizar o resgate dos locais já identificados pelo Fórum para uma possível implementação de um LUD, a fim de serem analisados na próxima reunião.

Renata agradeceu a todos, principalmente a Edilaine e ao César por todo apoio e colaboração para a realização da reunião, dando a mesma por encerrada.

Anexo I - Lista de participantes

Anderson Copini - GATO DO MATO
César Vincensi Gabbi Tavares - MATER NATURA
Daros Augusto Teodoro da Silva / Silvicultor
Fabiana Dallacorte - BIOTEIA
Fernanda Rodrigues - Diálogo Florestal
Heloise Lebkuchen Simão - IRANI
Marcos Lorenzon - Instituto LIFE
Marluci Pozzan/ Apremavi
Maurem Kayna Lima Alves - Klabin
Maurício Reis - APREMAVI
Mônica - MATER NATURA
Paulo de Tarso de Lara Pires - UFPR
Paulo Pizzi - MATER NATURA
Renata Padilha - Secretaria Executiva do Fórum Florestal Paraná e Santa Catarina
Simone Galucha -
Sueli Naomi Ota - TAOWAY Sustentabilidade Socioambiental
Vitor Lauro Zanelatto - APREMAVI

Anexo II - Foto dos Participantes

